

## **VIII REUNIÃO DOS MINISTROS DO AMBIENTE DA CPLP**

“Reforçar a Cooperação para reduzir a perda da biodiversidade e enfrentar as alterações climáticas”

26 de novembro de 2020

*Formato virtual*

Intervenção do Secretário Executivo da CPLP

Francisco Ribeiro Telles

*[Cumprimentos protocolares]*

- *Senhor Ministro da Agricultura e Ambiente  
Cabo Verde, Dr. Gilberto Silva*
- *Senhoras Ministras e Senhores Ministros*
- *Senhoras e Senhores Secretários de Estado*
- *Senhores Representantes dos Estados-Membros  
da CPLP*
- *Senhoras e Senhores Representantes dos  
Observadores Associados e Consultivos da CPLP,  
e das entidades convidadas*
- *Minhas Senhoras e meus Senhores*

As minhas primeiras palavras são de agradecimento ao Governo da República de Cabo Verde, em particular, ao Senhor Ministro Gilberto Silva, pelo convite para participar na abertura desta reunião ministerial.

Na sua pessoa, gostaria de saudar também todos os Ministros e Secretários de Estado que hoje nos acompanham.

Agradeço o trabalho de preparação desta Reunião, em formato virtual, que permitirá dar continuidade à agenda da CPLP, superando as limitações e os obstáculos colocados pelo atual contexto pandémico.

Gostaria de registar o meu apreço pelo facto de ter sido possível realizar cinco reuniões técnicas preparatórias em que participaram não só os pontos focais de ambiente e de água da CPLP, mas contaram também com a participação de prestigiadas personalidades do meio científico, académico e

técnico que nos enriqueceram com as suas perspetivas sobre os diversos temas hoje em análise.

Creio que esta metodologia de trabalho, que se inaugurou com estes dois setores, oferece um potencial a explorar e replicar noutras áreas técnicas da CPLP, uma vez que:

- reforça o diálogo estruturado com os nossos parceiros,
- possibilita um debate mais participado e informado sobre temas decisivos para o desenvolvimento dos nossos Estados-Membros, e
- vai aliás ao encontro de um dos desígnios da Visão Estratégica da CPLP, que advoga a abertura crescente da nossa organização às nossas sociedades, construindo políticas públicas de forma cada vez mais participada e solidária.

Creio que a pertinência desta opção se encontra refletida no projeto de Declaração que se submete à aprovação de V. Exas.

Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores,

Abordar temáticas como as Alterações Climáticas e perda de biodiversidade, equivale a falar sobre temas absolutamente incontornáveis da agenda internacional e do nosso futuro coletivo.

Não subsistem grandes dúvidas sobre o cenário de crise climática que vivemos e sobre a necessidade de intensificar a ação climática.

Recentemente, vimos respostas encorajadoras: a União Europeia, o Japão e a República da Coreia prometeram neutralidade do carbono até 2050, junto com mais de 110 outros países. A China diz que o fará antes de 2060.

E existe a esperança que, ao longo de 2021, os países que representam mais de 65% das emissões globais de dióxido de carbono e mais de 70% da economia mundial possam assumir compromissos ambiciosos com a neutralidade de carbono.

Contudo, como nos diz reiteradamente o Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, “ainda estamos atrasados na corrida contra o tempo”.

Entretanto, a identificação, no final de 2019, de um novo coronavírus e a consequente declaração pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, de uma situação de pandemia, originou uma conjuntura de excecionalidade, com contornos ainda imprevisíveis, da qual já resultaram novos constrangimentos ao cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A relação entre a degradação ambiental e a perda da biodiversidade é cada vez mais consensual e o futuro da humanidade depende, hoje mais do que nunca, de uma conciliação da vida humana com o meio ambiente.

A comunidade internacional tem um papel crucial em assegurar que os países em desenvolvimento tenham o apoio necessário para recuperarem de forma sustentável da COVID-19 e para aumentarem a sua

própria ambição climática - através de assistência para mitigação, adaptação e resiliência.

E a verdade é que nos tempos de crise surgem também oportunidades. É, assim, com esperança, que vamos assistindo à valorização da importância da recuperação ambiental nos planos de recuperação pós-covid. Mas haverá que alinhar os planos económicos e as medidas de recuperação do COVID-19 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

É essencial que não deixemos ninguém para trás enquanto construímos uma coligação global que trabalhe em prol de um futuro com emissões zero.

Excelências, minhas Senhoras e meus senhores,

A CPLP adotou a Agenda 2030 e os ODS nos documentos estruturantes da sua cooperação e, na sua Declaração Constitutiva, tem inscrita uma menção específica à importância do Ambiente.

Trata-se de um assunto que está no DNA da CPLP.

E, por isso, não será demais apelar ao exercício de uma crescente vontade política e à concretização de ações comunitárias concretas de cooperação neste domínio.

Integrar as alterações climáticas nas preocupações das nossas reuniões ministeriais setoriais será mostrar aos nossos parceiros como é possível debater, de forma alinhada e horizontal, temas como a neutralidade e a resiliência climáticas, contribuindo para sociedades mais sustentáveis e saudáveis.

Estou convicto que no espaço da CPLP será possível caminhar no sentido da redução das emissões ao mesmo tempo que se promove o crescimento económico.

Existe um espaço e uma oportunidade para reforço da nossa cooperação neste setor. Temos de identificar compromissos concretos, partilhar mais experiências e ser capazes de mobilizar mais recursos junto de vários parceiros. Devemos também colaborar mais na

produção de legislações e políticas públicas que se apresentem como pioneiras, ambiciosas e eficazes.

Em resumo, devemos caminhar para uma maior concertação política e técnica. A CPLP pode e deve fazer mais. A CPLP tem de participar de forma alinhada e estratégica nas Conferências das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, por exemplo. E aprofundar as parcerias que iniciámos com diferentes instituições multilaterais.

Um primeiro passo será visitar o nosso Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente, aprovado já há seis anos, atualizando-o em função das novas realidades e dos novos compromissos que, entretanto, assumimos.

Temos de saber aproveitar as oportunidades que esta agenda oferece à CPLP e responder a este apelo. Pela prosperidade dos nossos cidadãos e pela sustentabilidade do planeta que partilhamos e de que todos dependemos.



Muito obrigado!